

UMA ANÁLISE DO ARTIGO *AValiação INSTITUCIONAL: PENSANDO PRINCÍPIOS.*

Jeovane Soares Rodrigues¹

Com o objetivo de apresentar problemas, reflexões e princípios para solucionar e refletir a questão da avaliação nas universidades brasileiras o autor sem apresentar subdivisões, menciona dados e traz constatações a respeito da temática que apresenta.

A organização do texto se desenvolve mediante considerações sobre a avaliação institucional nas universidades brasileiras. O autor comenta que quando se ausentou do país para cursar seu doutorado, a discussão ocorreu de modo diplomático e teórico, mas atesta que os professores comprometidos envolvidos com a academia não comprovam efetivos resultados. No segundo parágrafo, o autor denomina como “ações improdutivas”, o que recobra no décimo sétimo parágrafo, questões que envolvem um dos pontos que no texto ele aborda como princípio da *não premiação ou punição*.

O autor fala de questões históricas e apresenta comprovação de dados mencionando os anos de 1993 e de 1994 apontando para esse período como um momento histórico em relação a avaliação. Aponta as iniciativas da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) criando harmonia com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), e este passou a ser o articulador e por fim o financiador do que o autor aponta como um projeto de avaliação que foi submetido a 71 universidades na época para participar do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) considerado um número expressivo de universidades participantes e um número maiores de adeptos ao PAIUB. Esse fato revela uma significativa mudança nas

¹ Mestrando em nível Profissional em Educação e Multidisciplinariedade, promovido pela FACNORTE/IBEA.

universidades. É a consolidação de um projeto que exige organização e articulação das bases por uma luta para melhorar a universidade.

O quinto parágrafo é o que se pode compreender como o fim das questões introdutórias. O autor insiste, como fará diversas vezes, no texto na exigência de qualidade no ensino. Para garantir que a pesquisa e a extensão se solidifiquem menciona três frentes: política, acadêmica e administrativa. Reitera que não basta garantir duas e que quantidade de recursos não garante boa formação é preciso a integração das três frentes para o projeto de avaliação institucional. Pensa a avaliação como um projeto acadêmico , pedagógico e administrativo e é no sexto parágrafo que menciona pela primeira vez o termo universidade pública. A ideia dos princípios que o autor menciona anteriormente, aparecem definidos no sétimo parágrafo como: Globalidade, Comparabilidade, Respeito à identidade institucional, Não premiação ou punição, Adesão Voluntária, Legitimidade e Continuidade. Nestes sete princípios se concentra o cerne da concepção da PAIUB na visão do autor.

O primeiro deles, a globalidade, recobra a importância de avaliarmos a Instituição a partir de todos os elementos que compõem a vida universitária. O autor acentua sua opinião, nesse e nos demais princípios. Cita exemplos ocorridos na Universidade Federal de Santa Catarina e Federal do Paraná atentando para a importância do caráter institucional de Avaliação pontuando que o desafio está em articular e fazer convergir esforços.

A Comparabilidade, como comenta o autor, precisa vir acompanhada de outro princípio que é o *Respeito à identidade institucional*. Em três parágrafos, reforça a ideia de que não se deve pensar esse ponto fundamentado em ranqueamento e sim na busca da uniformidade. Um dos pontos que o autor apresenta um interessante exemplo é a variação da palavra *aluno* e o conceito de evasão. O autor entrelaça comparabilidade e respeito a identidade institucional destacando a diferença das instituições e recobra conceitos de universidade de ensino, pesquisa e extensão. Propõe que as instituições reflitam honestamente no que são e no que pretendem ser ou seja, que reflita sua identidade.

O princípio da Não Punição ou Premiação, intimamente ligado com a questão da avaliação. O autor deseja expressar considerações pessoais, considera a questão delicada e controversa e julga por isso merecedora da atenção do leitor. É o princípio que mais dispensa atenção e recobra o segundo parágrafo em que menciona: “o país premia pouco a excelência... punimos mais do que premiamos e premiamos muito menos do que deveríamos”. Um dos exemplos mencionados ocorre na UFSC, cita que a avaliação docente foi considerada boa anos seguintes, mas não tem premiação e há eficiência dos mesmos dados para punir. Registra então o questionamento: para que avaliar se não podemos punir ou premiar? O autor atesta com dados e exemplos para manifestar suas ou melhor, para reforçar sua ideia. Tece equiparação de valor e avaliação com exemplos e considerações e faz a alerta de que a avaliação não é neutra. Sintetiza a discussão sobre este princípio registrando a função educativa da avaliação e seus usos para o professor e para o sistema educacional. A postura ideal não é punir, mas chamar o aluno e oferecer nosso apoio para que tenha oportunidade de crescer. Dessa forma, o autor condena o processo excludente e reitera que é preciso investir na construção de aprendizagem. Questiona a cultura de avaliação sem razão, sem por quê e aponta a cobrança de resultados na universidade como um problema que precisa e termina suas considerações exclusivas sobre esse ponto falando de êxito como fruto do coletivo.

Legitimidade e Adesão voluntária são explanados em conjunto, a segunda como garantia da primeira. O autor julga ser necessária a metodologia capaz de garantir a construção de indicadores acompanhados de uma abordagem significativa. Usa a metáfora de M. H. Abrams, apresentando que avaliação precisa ser espelho e lâmpada, não apenas espelho. Precisa não apenas refletir a realidade, mas iluminá-la, criando enfoques, perspectivas, mostrando relações e atribuindo significado.

O último princípio mencionado é a Continuidade. Ela permitira a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados

conquistados. Nesse ponto o autor apresenta um parecer sobre os princípios que construíram a proposta do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras.

A conclusão do texto reitera a avaliação como um assunto complexo e afirma que não há modelo ideal no país e alerta para a inutilidade de procurar um modelo ideal. Alerta para a importância de repensar, reconstruir as propostas existentes.

O autor usa advérbios de tempo na discussão das questões que ao longo do texto, é preciso que o leitor tenha em mente a época em que o texto foi publicado, porém, há muito que persiste e é de fato importante reflexão hoje.

Ainda que o foco seja a redação do artigo, há inserção de dados, exemplos e considerações que o autor acentua ser uma questão pessoal, em alguns momentos, destacando até mesmo a expressão “meu entender”, “quero”, “gostaria” ... engana-se quem pensar que o texto apresentará uma série de considerações pessoais sem embasamento. O texto tem a densidade de comprovações, estudos e são apresentadas informações com propriedade e dados comprobatórios.

O autor é professor titular aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi Pró-Reitor de Graduação da instituição. Foi, por mais de quatro anos, Diretor de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), tendo participado ativamente do processo de construção e implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Exerceu, ainda, o cargo de Diretor de Educação Básica da Capes. Presidiu a Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Sancionada a lei de criação da UFFS, foi nomeado seu primeiro Reitor. Dilvo Ristoff é autor, entre outros, dos livros *Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior* (Insular, 1999); e co-autor de diversos livros, entre eles, *Avaliação participativa: Perspectiva e debates* (Coleção Educação Superior em Debate, Editora do Inep, 2005); *Educação superior brasileira 1991-2004*,

(Inep 2007) entre outros. Atualmente é Diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do MEC.

Referência:

RISTOFF, Dilvo. Avaliação institucional: pensando princípios. In: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César. (Org.) Avaliação Institucional: teoria e experiências. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2000.